



Nos últimos 12 meses, o IPCA acumulou variação de 5,05%, ligeiramente acima dos 5% observados até setembro. No acumulado do ano até outubro, o índice ficou em 3,96%.

PRÉVIA DA INFLAÇÃO DESACELERA E FICA EM 0,21%

O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ficou em 0,21% em outubro, desaceleração em comparação com o mês anterior, quando atingiu 0,35%. Os dados foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos últimos 12 meses, o IPCA acumulou variação de 5,05%, ligeiramente acima dos 5% observados até setembro. No acumulado do ano até outubro, o índice ficou em 3,96%.

Os combustíveis, como gasolina (-0,56%), etanol (-0,27%) e o gás veicular (-0,27%) tiveram quedas de preço, enquanto o óleo diesel subiu 1,55%. No entanto, o aumento dos preços das passagens aéreas foi um dos principais impulsionadores da alta, o que contribuiu com 0,16 ponto percentual no índice.

Transportes por aplicativo (5,64%) e emplacamento e licença (1,64%) também registraram elevação. Além disso, o grupo de alimentação e bebida continuou a cair pelo quinto mês consecutivo, chegando a (-0,31%).

PRESIDENTE DA CTB COMEMORA APROVAÇÃO DA TAXAÇÃO DOS RICAÇOS

Foto DIVULGAÇÃO



Apesar da oposição da extrema direita e fundamentalistas neoliberais, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o projeto de lei sobre a tributação dos chamados fundos exclusivos, usados por um seleto grupo de ricos, e das offshores (empresas sediadas fora do país). O presidente da CTB, Adilson Araújo, comemorou a decisão dos parlamentares

“Demorou, mas ainda que de forma tímida, a Câmara dos Deputados deu um passo no sentido de estabelecer maior justiça tributária em nosso país, aprovando a taxação dos super-ricos”, comentou.

A estimativa do governo com a proposta original era que, em 2024, os ganhos com as mudanças em fundos passariam de R\$ 13 bilhões, recursos que podem ser canalizados

para investimentos em saúde, educação, habitação e outras áreas. O texto final aprovado, após forte pressão dos bilionários, é mais brando e vai propiciar uma arrecadação menor.

Os lucros obtidos com recursos em offshores serão tributados em 15% sobre, uma vez por ano, independentemente de o indivíduo resgatar ou não esses investimentos e trazê-los ao Brasil.

O governo federal propôs uma tributação em até 22,5% sobre os ganhos, mas o relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), reduziu a alíquota.

Os fundos exclusivos são usados pelos super-ricos para investir milhões de reais em ações ou renda fixa pagando menos Imposto de Renda. Eles pagarão a alíquota de 15% sobre os rendimentos a ser paga nos meses de maio e novembro de cada ano.



Foto DIVULGAÇÃO

Desigualdade atinge teletrabalho no Brasil

A desigualdade afeta até mesmo a modalidade de teletrabalho. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano passado, a maioria dos brasileiros em trabalho remoto era branca e com ensino superior.

O país tinha 7,4 milhões de pessoas em teletrabalho e quase 70% tinham nível superior. Os trabalhadores brancos representavam 63%, ante 27,1% de pardos e 7,7% de pretos.

No recorte por gênero, os homens eram 51,2% dos que estavam na modalidade. As mulheres, 48,8%. Quase metade (49,6%) tinha entre 25 e 39 anos. Outros 34,5% possuíam entre 40 e 59 anos.

Vale destacar que é considerado teletrabalho, a atividade realizada em ambiente alternativo ao local padrão de trabalho e, normalmente, com o uso de equipamentos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), como computadores, telefones e tablets.

CTB participa do lançamento da campanha nacional contra misoginia

Foto DIVULGAÇÃO



O Ministério das Mulheres lançou nesta quarta-feira (25), a campanha Brasil sem Misoginia, uma iniciativa ambiciosa que visa mobilizar diversos setores da sociedade no combate ao ódio, discriminação e violência contra mulheres. A cerimônia de lançamento contou com a presença marcante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e de sua secretária da Mulher Trabalhadora, Celina Arêas.

Celina Arêas, destacou a importância das discussões sobre regulamentações para garantir salários iguais para homens e mulheres.

“Tivemos primeiro uma reunião com a secretária Rosane Silva para tratar do decreto que vai regulamentar as leis de salário igual para homens e mulheres, a lei 14611 e todas as centrais sindicais que estavam presentes para fazer sugestões para a regulamentação dessa lei e fazer com que ela seja cumprida. Foi marcada também uma atividade para 10 de novembro. E o lançamento do Brasil sem misoginia foi um evento excelente e cheio de vitórias”, disse Celina. **Leia mais** <https://acesse.dev/LCp2E>